

# Sarney promete arbitrar divergências

Presidente decidirá na hipótese de impasse entre o PMDB e o PFL

O presidente em exercício José Sarney garantiu ontem que agirá como árbitro nas nomeações para o segundo e terceiro escalões e que decidirá nos casos em que os dirigentes da Aliança Democrática não chegarem a um acordo. "Assumo a responsabilidade, de acordo com a Constituição", acrescentou, num bate-papo informal com os jornalistas, no café da manhã no Palácio do Jaburu. O presidente em exercício reconheceu, depois, que a interinidade limita em alguns casos a sua ação.

Citou, como exemplo disso, a nomeação do governador do Distrito Federal e a fixação do novo salário mínimo a vigorar a partir de 1.º de maio, assunto sobre o qual ele não pretende tomar qualquer decisão antes de consultar o presidente eleito Tancredo Neves, tão logo ele tenha condições de tratar de assuntos administrativos. Ele disse ter conhecimento, por conversas anteriores, de que Tancredo deseja nomear para o GDF uma pessoa de sua intimidade (ver matéria na página 5).

Na conversa com os jornalistas, Sarney antecipou seu veto ao projeto aprovado pelo Congresso criando o Estado de Tocantins, com o desmembramento de Goiás (ver matéria na página 7). Informou também que o governo brasileiro só começará a negociar efetivamente com o Fundo Monetário Internacional e com os bancos credores daqui a três meses, em contradição com o presidente do Banco Central, Antônio Carlos Lemgruber, que anunciou, em Nova Iorque, o início oficial dos entendimentos para daqui a duas semanas. (Ver matéria na página 11). Além disso, Sarney defendeu a política econômica comandada pelo ministro da Fazenda, Francisco Dornelles, anunciou a assinatura de um contrato de empréstimo de US\$ 12 bilhões para início do Projeto Nordeste e explicou a presença do ministro-chefe do SNI, general Ivan de Souza Mendes, no Instituto do Coração, acompanhando a evolução do estado clínico do presidente Tancredo Neves.

## QUESTÃO DE ESTADO

"A saúde do presidente eleito Tancredo Neves é uma questão de Estado", justificou, ao comentar a sua decisão de designar o chefe do SNI para acompanhar Tancredo. Depois, confirmou a presença do SNI no Hospital de Base de Brasília, quando Tancredo lá estava internado, afirmando que, no caso, ele (o SNI) representava o governo. Sarney negou que o SNI tenha interferido no teor dos boletins médicos divulgados.

Disse apenas que informações desencontradas estavam sendo divulgadas e, com isso, criando expectativa falsa no País. Um exemplo de informações contraditórias citado por Sarney foi a data da alta médica de Tancredo: "Uns diziam que ele sairia na quarta-feira, outros na quinta e isso criou uma expectativa falsa", afirmou, sem falar explicitamente em desentendimentos entre as equipes médicas que assistiam o presidente eleito. Sarney disse que as informações desencontradas estavam incomodando a família de Tancredo e, por isso, o SNI entrou no problema para informar precisamente sobre o estado de saúde do presidente. "O SNI tinha de estar presente", insistiu.

O presidente em exercício contou que foi informado da gravidade da doença do presidente eleito na tarde de 14 de março. Antes disso, ele tinha conhecimento de problemas de saúde de Tancredo, mas não tinha noção do grau da doença. Segundo Sarney, além dele, apenas o presidente do PMDB, Ulysses Guimarães e mais dois familiares de Tancredo sabiam do problema. Quando os jornalistas lhe perguntaram se o ex-presidente Figueiredo tinha conhecimento do agravamento da saúde de Tancredo na vés-

pera da posse, Sarney, em tom de blague, respondeu: "Se tomou conhecimento — pelo grampo — numa alusão às gravações de telefonemas feitas pelo SNI no governo passado, que ele disse acreditar que não mais estão sendo feitas."

## DÍVIDA

"Uma forma de empurrar o problema com a barriga" — foi assim que Sarney definiu as cartas de intenção que o governo Figueiredo mandou ao FMI. "Vamos fazer uma negociação realista. Não há mais espaço para cartas irrealistas", prometeu garantido em seguida: "não vamos dar o que não temos. Nós não vamos sacrificar o desenvolvimento do País para pagar a dívida. Com as negociações anteriores, era impossível manter qualquer nível de crescimento. O nosso limite é não impor mais sacrifícios. Vamos dizer o que podemos fazer e eles vão ter que entender o que disse o presidente Tancredo Neves: dívida se paga com dinheiro e não com sacrifícios. A nossa proposta é séria e realista e é para ser cumprida".

O presidente em exercício defendeu a política econômica do governo, apesar de reconhecer que as diretrizes foram traçadas por Tancredo Neves diretamente com os ministros da área. Para ele, o próprio mercado já se encarregou de mostrar que o sistema de preços livres não funciona como forma de baixar os preços, porque não há concorrência: "Todo mundo fala em liberdade de preços, mas ninguém respeita os acordos. As empresas combinam entre si os preços e com isso favorecem a especulação, e, conseqüentemente, a inflação."

## TOCANTINS

Ao justificar a sua intenção de vetar o projeto que cria o Estado do Tocantins, Sarney afirmou que "este não é o momento de se pensar em divisão territorial do País, porque no próximo ano a Constituinte terá condições de discutir o assunto com maior profundidade". Depois de afirmar que ninguém o convencerá de que esse projeto é de interesse do País, e de interesse em exercício lembrou que a proposta incluiu um artigo que prevê o perdão de todas as dívidas do Estado de Goiás.

— E quem vai assumir esta dívida? — Questionou o presidente em exercício, destacando que o veto ao projeto deve-se mais à falta de interesse para o País do que pelas novas despesas resultantes da criação de um Estado. "Além do mais — comentou — o perdão da dívida é a volta da política de Barbacena", numa alusão à política mineira, que criava sempre um novo município para obter o perdão da dívida do Estado de Minas.

Sarney informou também que esta semana encaminhará ao Congresso proposta de solução do caso do Banco Sulbrasileiro, sob intervenção do Banco Central. "O governo acatará as sugestões dos parlamentares, que serão responsáveis pela solução do caso", declarou, acrescentando que a proposta em discussão, que prevê a injeção de Cr\$ 900 bilhões dos cofres públicos para sanear o banco, é a melhor. "pois com esse volume de dinheiro dificilmente o governo conseguiria criar 27 mil empregos" mantidos pelo grupo Sulbrasileiro. (ver matéria na página 12).

O presidente em exercício vê com tranquilidade as divergências na Aliança Democrática e desmentiu a existência de qualquer atrito com o presidente da Câmara e do PMDB, Ulysses Guimarães. "O deputado Ulysses Guimarães tem tido uma correção exemplar. O que os jornais divulgaram não tem fundamento", destacou, depois de dizer que se sente muito à vontade no PMDB. Elogiou a classe política, dizendo ser "importante que ela tenha maturidade para assumir as suas obrigações".



Ulysses e Bornhausen reiteraram a intensão de fortalecer a Aliança Democrática



No café da manhã no Jaburu, Sarney lembrou que é dele a responsabilidade das nomeações

## A crise é superada, mas falta definição

A Aliança Democrática superou a crise, mas não conseguiu decidir a questão das nomeações para o segundo escalão. A definição será dada pelo presidente em exercício José Sarney, que terá o assessoramento dos ministros da Nova República e dos presidentes dos dois partidos da Aliança Democrática. Isto ficou decidido, após a reunião de quase duas horas, entre os presidentes do PMDB, Ulysses Guimarães, e do PFL, Jorge Bornhausen, e a partir de hoje, encaminharão as listas com as indicações aos ministros; em seguida os nomes dos postulantes serão levados a Sarney. Ainda na reunião, realizada ontem à noite, na residência de Bornhausen, os líderes da Aliança resolveram adiar, para depois da Semana Santa, as decisões sobre o terceiro escalão.

As nomeações, a serem efetivadas por Sarney, terão por base, segundo nota divulgada pelos dois presi-

dentos, os princípios de probidade e competência estabelecidos pelo presidente Tancredo Neves. Caberá ao Presidente em exercício, de acordo com a mesma nota, interpretar o pensamento de Tancredo Neves em relação aos compromissos com o PMDB e PFL. Além disso, Ulysses e Bornhausen, em função da crise que se esboçou no domingo, resolveram reiterar "a intenção permanente de fortalecer e solidificar a Aliança Democrática".

Muito satisfeito com os resultados da reunião, Bornhausen salientou que a solução foi obtida de forma consensual. Ulysses, por sua vez, disse que está havendo por parte dos jornalistas, uma inexplicável pressão para as nomeações, já que "a Nova República tem apenas 15 dias de instalada".

Ele informou que os dois partidos estão fazendo um levantamento dos cargos do segundo escalão para

verificar onde há divergências e convergências. "Os nomes estão sendo levantados — ressaltou — e há diferenças até no PMDB, onde, para o mesmo cargo, existe disputa entre duas e até três candidatas".

As divergências, segundo Ulysses, serão resolvidas pelo presidente José Sarney que, pelo que determina a Constituição, é o responsável pelas nomeações. Observou, também, que com o acordo feito ontem, poderá haver indicações de frentistas para cargos de ministérios do PMDB e de pemedebistas para cargos dos ministérios ocupados por lideranças do PFL.

Entretanto, o presidente do PMDB e da Câmara ressaltou que o processo de indicação para o segundo escalão vai demorar, frisando que isso não implicará uma paralisação da máquina administrativa. "Não sei quanto tempo, mas esse processo vai demorar", afirmou.

## PMDB: Ninguém do governo anterior fica

A direção do PMDB decidiu, após várias reuniões mantidas no último fim de semana para discutir a composição do segundo escalão da Nova República, que nenhum colaborador do antigo Governo será mantido no mesmo cargo, ainda que tenha qualidades comprovadas. Informou ontem o líder do partido na Câmara, deputado Pimenta da Veiga.

A rotatividade nos postos e um dos critérios que o presidente do PMDB, deputado Ulysses Guimarães, está levando ao presidente em exercício, José Sarney, explicou o líder. O PMDB pretende ainda que as reindicações dos partidos sejam encaminhadas diretamente aos ministros — Sarney só seria acionado em casos de impasse —, prevalecendo ainda a mensagem das indicações do PMDB com as do PFL nos escalões subalternos.

Pimenta assegurou que, mesmo que um colaborador do antigo Governo tenha qualidades ou que sua manutenção no cargo que ocupa tenha conveniência política, haverá substituição:

— Pode ser até que esse funcionário permaneça no mesmo órgão ou que vá até para uma função superior, mas a regra geral é que todos devem ser mudados.

Ele argumenta que, quando houver coincidência com os pleitos do PFL, o ministro poderá autorizar as nomeações sem consultar o presidente interino.

Pimenta da Veiga esclareceu ainda que o PMDB também endossa os critérios de Tancredo para a formação do Ministério mas na seguinte ordem: probidade, competência e, por último, respaldo político. Segundo Pimenta, as articulações PMDB-PFL podem envolver a indicação dos governadores de Territórios, mas a do governador do Distrito Federal deve aguardar por Tancredo.

## As nomeações recomeçaram

Procurando superar o clima de apatia que se instalou na máquina administrativa, o Palácio do Planalto retomou ontem o ritmo de nomeações no segundo escalão. Entre as nomeações mais esperadas, saiu um superintendente interino, para a Sudene, Jorge Nova da Costa. Além da Sudene foram preenchidas as Superintendências de Desenvolvimento do Centro-Oeste (Sudeco), da Região Sul (Sudesul) e do Vale do São Francisco (Covaf), além do Banco da Amazônia.

Na *Amazônia* a escolha recaiu sobre Evilásio Vieira, e na *Sudeco*, sobre ex-senador Mendes Canale (MS). Já a presidência do Banco da Amazônia ficou com Delile Guerra de Macedo.

## PMDB briga em Rondônia

Porto Avelho — A indicação do nome do deputado estadual Angelo Angelin, do PMDB, para assumir o governo do Estado em substituição a Jorge Teixeira, até março de 1987, foi contestada por diversas lideranças do partido em Rondônia. A indicação, feita pelo ex-deputado Jerônimo Santana, presidente do PMDB, sem qualquer consulta a seus companheiros de partido, levou seis membros da agremiação a escreverem ao deputado Ulysses Guimarães, presidente nacional do PMDB. O documento é assinado pelos deputados federais Múcio Athaide e Olavo Pires e pelos deputados estaduais Tomas Correia, Ronaldo Aragão e Sérgio Cardinalo, todos postulantes ao cargo.



Para Thales, disputa é desrespeito a Tancredo

## Thales critica fisiologismo

— Quer queiram, quer não queiram, a verdade é que a Nova República está na UTI do Instituto do Coração. A Nova República tem um nome que se chama Tancredo de Almeida Neves. Ou será que já se esqueceram disso? A colocação, feita em tom de queixa, é do deputado Thales Ramalho, hoje integrante da dissidência do PDS. Ramalho condena a disputa "fisiológica" que se vem travando no âmbito da Aliança Democrática pelo preenchimento dos cargos no segundo e terceiro escalões do Governo.

"Se não respeitarmos mais Tancredo que está numa cama de hospital, nem Sarney que se encontra numa posição delicada, pelo menos deveriam respeitar a paixão de Cristo. Deviam deixar essa corrida fisiológica para uma semana mais profana", insiste Thales com ironia, criticando a postura assumida pelos dirigentes da Aliança Demo-

crática. Para ele, o correto seria aguardar mais dez dias, tempo mais que suficiente para Tancredo, mesmo convalescendo, participar diretamente dos entendimentos.

Para o deputado pernambucano afirmar que o nomeado poderá ser "desnomeado" se não contar com a posterior aprovação do Presidente eleito, é "um argumento de diretório acadêmico". Ninguém com responsabilidade aceita um cargo por trinta ou quarenta dias", salienta ele, lembrando que alguns desses cargos (o GDF, a Sudeco, a Sudene, a Sudam, etc) equivalem a ministérios. Ramalho, porém, faz questão de ressaltar "a forma exemplar" com que o Vice vem se comportando na interinidade. Em sua opinião, Sarney está sendo constrangido por outras lideranças da Aliança Democrática para apressar as nomeações.

O segundo escalão está na página 5

## AGENDA

— Ministro-Chefe do SNI	09:00
— Ministro-Chefe do Gabinete Militar	09:20
— Ministro-Chefe do Gabinete Civil	09:40
— Ministro-Chefe da Secretaria de Planejamento	10:30
— Ministro das Comunicações	11:00
— Ministro da Justiça acompanhado da Comissão Teófilo Villela	11:45
— Dep. Fed. José Thomaz Nonô — PFL/AL	11:50
— Vice-Governador Orestes Quercia-SP	12:10
— Ministro da Previdência e Assistência Social	15:00
— Dep. Fed. Marcelo Cordeiro — PMDB/BA	15:45
— Ministro da Cultura	16:00
— Dr. Jorge Gerdau; Dr. João Johanpetter; Dr. Germano Gerdau	16:45
— Embaixador Ciriaco Landolfi, da Rep. Dominicana	17:00
— Embaixador German Rodriguez Fonnegra, da Colômbia	17:10
— Governador João Durval-BA	17:30
— Dep. Fed. Ivo Vanderline — PMDB/SC, acompanhado do Dr. Alisson Paulinelli	17:45